

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 5, n.1 jan./jun. 2006



Clas. 75712 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.5 n.1
jan./jun. 2006 ex.2

O QUE É A AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros -- AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão e elevar o nível técnico dos arquivistas brasileiros, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, cultural, entidade de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

SERVIÇOS QUE A AAB OFERECE

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades das empresas.

QUADRO ASSOCIATIVO

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, além das pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação. As empresas públicas e privadas podem se filiar à AAB na qualidade de pessoa jurídica, como sócios contribuintes.



Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB -

aab@aab.org.br

Av. Presidente Vargas, 1733- sala 903 • CEP: 20.210-030 Centro - Rio de Janeiro

Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 5, n. 1

jan./jun.2006

SUMÁRIO

EDITORIAL 3 Paulino Lemes de Sousa Cardoso

ARTIGOS 5 Uma primeira introdução à Arquivologia
Theo Thomassem

17 Indexação e descrição em arquivos: a questão da
representação e recuperação de informações
Maria Luiza de Almeida Campos

33 Gestão arquivística e preservação de documentos
digitais no Brasil: Estado da arte
Rosely Curi Rondinelli e Claudia Lacombe Rocha

41 A preservação da informação na Arquivística
contemporânea
Sérgio Conde de Albite Silva

ex-2

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 5	n. 1	p. 1-56	jan./jun. 2006
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

remanescentes de representações confusas, fragmentadas e descontextualizadas. A pesquisa arquivística, olhada sob este ângulo, não é apenas sobre como as memórias são registradas, mantidas e comunicadas, mas também, e talvez muito mais, sobre como a memória é criada, manipulada e apagada.

INDEXAÇÃO E DESCRIÇÃO EM ARQUIVOS: A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Maria Luiza de Almeida Campos

Doutora em Ciência da Informação
UFF/Departamento de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação UFF/IBICT
E' mail: mlcampos@nitnet.com.br

RESUMO

A gestão da informação arquivística envolve processos de descrição dos diversos pontos de acesso passíveis de serem recuperados em unidades ou massas documentais. Atualmente, esta necessidade de descrição pelos diversos pontos de acesso ocorre em qualquer idade da documentação, devido à pelo menos um fator - a automatização dos processos de organização da documentação arquivística. Com a implantação de bases de dados, documentos eletrônicos, o profissional arquivista se vê diante de uma problemática: não é mais possível, em muitos casos, organizar somente fisicamente as massas documentais acarretando um único acesso intelectual ao documento ou a seu conjunto, mas é necessário também "re-apresentar" esses documentos em meio informatizado através de pontos de acesso visando o tratamento de informação com fins de recuperação. Estes pontos de acesso são identificados a partir de processos que vem sendo denominados de indexação e descrição arquivística, e possuem interpretações diferentes dependendo do espaço informacional onde estes documentos estão inseridos. Neste artigo, pretendemos problematizar estes dois processos situando o "locus" onde estes dois conceitos são formados, ou seja, as bibliotecas e os arquivos.

Palavra Chave: Descrição, Indexação, Ponto de Acesso, Tratamento e Recuperação de Informação.

1. Considerações Iniciais

Com o advento das novas tecnologias de informação uma questão vem sendo colocada no âmbito das atividades arquivísticas, ou seja, o tratamento e a recuperação das informações de documentos/massas documentais frente às novas formas de armazenamento intelectual dos documentos.

Com a implantação de bases de dados, documentos eletrônicos, o profissional arquivista se vê diante de uma problemática: não é mais possível, em muitos casos, organizar somente fisicamente as massas documentais acarretando um único acesso intelectual ao documento ou a seu conjunto, mas é necessário também “re-apresentar” esses documentos em meio informatizado através de pontos de acesso visando o tratamento de informação com fins de recuperação.

Tratamento de informação pode ser definido como a execução de uma seqüência sistemática de operações sobre os dados, em nosso caso específico, de dados documentários em seu mais amplo sentido. (Gomes & Campos, 1998) Tais operações incluem a descrição de dados objetivos e intelectuais do documento, no âmbito da biblioteconomia dá-se o nome de catalogação e indexação respectivamente, no âmbito dos arquivos estas operações vêm sendo denominadas de descrição arquivística de uma forma geral.

Nos arquivos os itens de representação/recuperação mais representativos não são os assuntos. A espécie documental, os nomes de órgão de origem/destino da documentação, de pessoas citadas, datas – para citar os mais comuns – têm especial interesse na recuperação. Por isso, que quando se fala de descrição arquivística pensa-se logo, na maioria das vezes, em representação de aspectos objetivos.

No caso de documentos de natureza administrativa, é bom enfatizar, além de se referirem a um único tópico – o que facilita seu exame e representação – neles se emprega uma terminologia razoavelmente bem estabelecida, já que tais documentos têm valor jurídico, ou seja, estabelecem direitos e deveres. Neste sentido, a recuperação por outros pontos de acesso que não o assunto é o que efetivamente tem sido implementado, podendo a indexação ser complementar. Entretanto algumas tipologias documentais, mesmo em arquivos correntes, prescindem de uma descrição temática. (Gomes & Campos, 1998)

Por outro lado, nos arquivos permanentes os instrumentos de pesquisa, como inventários e catálogos, são produtos gerados dos processos de tratamento de informações. Para a elaboração desses instrumentos os arquivistas se deparam com questões ligadas a índices impressos, ou mesmo a campos de bases de dados, que privilegiam também a temática tratada.

Este artigo é fruto de uma investigação que vêm sendo construída há mais de dez anos em atividades que envolvem a docência e a pesquisa com temas relacionados ao tratamento e a recuperação de informações no ambiente dos arquivos e das bibliotecas. Pretendemos problematizar dois conceitos que atualmente vêm sendo apresentados na literatura arquivística contemporânea, os conceitos de indexação e descrição arquivística, situando o “locus” onde estes dois conceitos são formados, ou seja, as bibliotecas e os arquivos.

2. O conceito de Indexação e Descrição Arquivística: a questão do ponto de acesso

Uma das principais funções das instituições arquivísticas é possibilitar o acesso aos documentos e conseqüentemente às informações que nele estão contidas. Esta função abarca conceitos como preservação,

tratamento e recuperação. No que diz respeito ao tratamento e a recuperação da informação são de fundamental importância pensar o documento arquivístico como uma unidade (espécie documental ou massa documental) passível de possuir vários pontos de acesso pelos quais ele pode ser solicitado pelo usuário. O documento como uma unidade material possui pontos de acesso de duas naturezas, ou seja, aspectos objetivos/físicos e aspectos subjetivos/intelectuais. Os aspectos objetivos são aqueles relacionados à autoria; data; local entre outros que não necessite de um processo de interpretação para a identificação do ponto de acesso; já o aspecto subjetivo, como o próprio nome evidencia necessita de uma análise interpretativa de seu conteúdo informativo, apresentando como ponto de acesso a temática contida no documento. Esta temática pode tratar de assunto tópico, de uma pessoa, de uma instituição ou mesmo de um local.

Estes pontos de acesso são identificados a partir de processos que vem sendo denominados de indexação e descrição arquivística, e possuem interpretações diferentes dependendo do espaço informacional onde estes documentos estão inseridos, ou seja, em bibliotecas ou arquivos.

A indexação é um conceito que surge no domínio da biblioteconomia e pode ser definido como um processo intelectual de análise de um documento e de representação dos aspectos intelectuais pelos quais ele pode ser recuperado. No âmbito da biblioteconomia a indexação envolve uma ação interpretativa, de análise e síntese enquanto a catalogação vai se ater aos aspectos físicos do documento visando a padronização das diversas possibilidades de entrada, facilitando assim a padronização e, por conseguinte, o intercâmbio de informações. Desta forma, no âmbito da biblioteconomia, historicamente, temos os conceitos de indexação, hoje denominado também de representação temática, e de catalogação, atualmente denominado de representação descritiva, para identificar processos de descrição documental visando possibilitar a recuperação do documento por vários pontos de acesso. Estes processos em arquivo se reúnem em um só conceito o de descrição arquivística.

A descrição arquivística, segundo a Norma ISAD (G) (Norma Geral Internacional de descrição Arquivística), se apresenta como:

“A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu” (ISAD(G), 2000, p.4)

Na atividade arquivística, diferentemente da atividade biblioteconômica, o conceito de descrição arquivística abarca os processos de análise de aspectos objetivo e subjetivo do documento ou massa documental.

Entretanto, se por um lado é consenso que a descrição trata destes dois aspectos, por outro lado observa-se que na literatura arquivística o conceito de descrição vem sofrendo no decorrer do tempo alterações, ganhando nova significação no domínio da arquivologia.

Em 1974 a SAA (Society of American Archivists) define a descrição como “o processo de estabelecer controle intelectual sobre o patrimônio documental mediante preparação de instrumentos de pesquisa” (Hagen, 1998).

Este posicionamento remonta ao Manual dos Arquivistas Holandeses, onde no capítulo dedicado à descrição somente são abordadas questões relativas à elaboração de instrumentos de pesquisa. (Associação..., 1973)

No Brasil, estudiosos no campo da arquivística corroboravam esta visão, como podemos observar:

“A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos de assunto; tampouco faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários onde a frequência da utilização secundária é quase nula. Nestes depósitos, para fins de esclarecimento, informações adicionais e testemunho ainda decorrentes do uso primário, os instrumentos de busca resultam nas listas de remessa de papéis, nas tabelas de temporalidade e nos quadros gerais de constituição de fundos. O assunto, a tipificação das datas-baliza, as subscrições, as relações orgânicas entre os documentos, e a ligação entre a função e espécie, enfim os elementos ligados às informações de interesse do historiador é que serão objeto do trabalho descritivo” (Belloto, 1991, p. 103)

Observa-se que esta posição destacava somente os procedimentos necessários para a elaboração de instrumentos de pesquisa, limitando o tratamento descritivo a esta idade. Nos arquivos correntes o tratamento se limitava então a dispor em uma dada ordem classificatória os documentos, tendo o princípio da proveniência e da ordem original¹ como norteadores com vistas a manter integridade dos arquivos até a fase dos arquivos permanentes.

Em 1988 a SAA apresenta uma nova definição para o processo de descrição, como:

“O processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados.” (Hagen, 1998).

Verifica-se nestas duas definições a recente evolução do conceito de descrição. Considera-se que isto ocorre devido ao advento das bases de dados e dos documentos eletrônico que requerem que o documento já “nasça” de forma que todos os elementos de descrição sejam também pontos de acesso. Assim, a descrição é atualmente definida não somente como um processo que permite a elaboração de instrumentos de pesquisa tradicionais, mas também, como um processo que permite o tratamento da informação do patrimônio documental de uma instituição.

¹ Princípios relacionados à racionalização das atividades de recolhimento, avaliação, arranjo e descrição de documentos considerados de valor para guarda definitiva.

Em 2002, Schellenberg em sua obra “Arquivos Modernos: princípios e técnicas” (Schellenberg, 2002) propõe que se deva administrar os arquivos correntes. Já Duchein (1996) mostrou a importância do princípio da proveniência para os grandes depósitos de arquivos, os arquivos nacionais. Discute que é imprescindível saber quem produziu cada documento e evidenciou a importância das práticas de descrição e arranjo. Além disso, mostrou que o princípio da ordem original era de difícil aplicação em países de tradição administrativa latina, pois neles os arquivos correntes são classificados pela administração, sem interferência de profissionais especializados. Para ele não é obrigatório respeitar a classificação original se esta for defeituosa ou dificultosa à pesquisa. Lopes (1996) discute o caso brasileiro e concorda com o posicionamento de Duchein, afirma que no caso brasileiro e no latino-americano é difícil aceitar a ordem original dos documentos, pois os arquivos correntes são em sua maioria organizados de acordo com o senso comum e não por profissionais especializados.

Como a ISAD (G), defendemos a ideia que o conceito de descrição arquivística abrange todo o elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Entretanto, consideramos de suma importância distinguir o tipo de descrição tendo em vista a tipologia documental, sua relação com o período de vida do documento na instituição (tabela de temporalidade), e respeitando também a fase onde este documento se encontra, nos arquivos correntes, intermediários ou permanentes.

3. O processo de descrição e a Teoria das Três Idades

Como apresentado, a discussão em torno do conceito de descrição passa historicamente por uma dada controvérsia a respeito do nível de tratamento e descrição de documentos em arquivos correntes e permanentes.

A literatura mostra que o campo da arquivologia surge como um domínio de conhecimento voltado para documentos históricos. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial que começou a ser valorizada uma maior preocupação com a documentação administrativa, a massa documental cresce vertiginosamente através da enorme produção de informações passando a dificultar a sua recuperação. (Paes, 1997; Schellenberg, 1980; Neves, 2003)

Neste período é que ocorre a separação que encontramos até hoje entre os *records managers* e os *archivist*. Nos EUA passaram a dar uma maior importância ao tratamento da documentação que se encontrava no arquivo corrente, ao contrário dos países europeus que estavam preocupados com a reconstrução, dando valor desta forma, aos arquivos de caráter histórico. Neste mesmo período surge o conceito de Gestão de Documentos². (Lopes, 1996).

² Considera-se **gestão de documentos** o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fases correntes e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente (Lei Federal n.8159, de 8/1/1991)

Esta preocupação com a gestão da documentação propicia nos Estados Unidos a elaboração da Teoria das Três Idades, bastante difundida no Canadá e que foi aceita em somente alguns países da Europa Ocidental. A idade do documento é muitas vezes, associada ao valor. A idéia de frequência de uso é usada como critério para a separação das idades. Assim, os arquivos dividem-se em três idades: primeira idade ou corrente; segunda idade ou intermediária; terceira idade ou permanente. Entretanto, como afirmamos anteriormente no caso da América Latina e especialmente no Brasil quase não se encontra na administração pública ou privada exemplos concretos da aplicação da teoria das três idades, pois a documentação administrativa ainda está dissociada de um tratamento arquivístico. Assim, esta prática é uma realidade, principalmente, nos Estados Unidos.

No final da década de 90 do século XX, autores como Rosseu e Couture reinterpretaram teorias tradicionais arquivísticas, com base na idéia da gestão da informação e não na gestão de documentos, introduzindo o conceito de uma arquivística integrada.

Arquivística – disciplina que rege a gestão da informação orgânica (arquivos). Pode assumir três formas: uma forma exclusivamente administrativa (records management), cuja principal preocupação é o valor primário do documento; uma forma tradicional que ressalta unicamente o valor secundário do documento; uma forma nova, integrada e englobante, que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento. (Couture e Rousseau apud Fonseca, 2005)

Segundo Maria Odila Fonseca (Fonseca, 2005) os teóricos da arquivologia afirmam que atualmente esta área vive um momento de “revolução científica”. Destaca o autor Theo Thomassen (Thomassen apud Fonseca, 2005) que afirma que o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação seria a ‘anomalia’ que está conduzindo a uma mudança de paradigma na arquivologia:

“em nosso caso, o assombroso desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas idéias, as quais, num certo ponto, não podem ser integradas às tradições arquivísticas existentes (...). No início dos anos 1980 ficou claro que os computadores afetariam tremendamente o mundo arquivístico, mas a maioria dos arquivistas ainda considerava o computador como uma simples ferramenta técnica.”
(Fonseca, 2005)

No que tange as questões relacionadas com o conceito de descrição e a relação com as novas tecnologias de informação, esta última reforça a visão de uma arquivística integrada trazendo à tona a valorização do conteúdo informacional. E é sobre esta perspectiva que iremos apontar princípios teóricos para a representação e recuperação da documentação arquivística.

4. Em busca de princípios para o processo de descrição: um percurso pelas bases teóricas e metodológicas da biblioteconomia

Partimos do pressuposto que o acesso à informação contida em documentos ou massas documentais não segue apenas princípios arquivísticos relacionados à proveniência ou origem da documentação, por exemplo. Os critérios baseiam-se, também, na definição dos elementos que poderão constituir pontos de acesso, ou seja, os aspectos pelos quais os usuários poderão ir em busca de uma informação (Ribeiro, 1996). Vamos tratar de discutir nesta seção princípios relacionados ao planejamento de tratamento que valorize o conteúdo informacional da documentação arquivística.

Nossa escolha de abordagem pelo viés biblioteconômico se deve as atividades de tratamento documental e sua teorização terem sido objeto de estudo nesta área desde sua origem. Como podemos observar acima, a arquivologia vem travando nos últimos tempos uma aproximação bastante investigativa com relação aos princípios que nortearão o tratamento documental, entretanto ainda se ressentia da ausência de aportes teóricos e metodológicos que possam sustentar este fazer.

Estando a documentação ainda no momento de gestão, um dos fatores considerado importantíssimo para a decisão quanto a um tratamento mais ou menos exaustivo diz respeito ao ciclo de vida desta documentação. Por exemplo: documentos como atas de organizações merecem um tratamento exaustivo, pois são documentos que já nascem como permanentes e contém informações muitíssimo utilizadas para tomada de decisões administrativas. Os documentos especiais, como mapas, vídeos, entre outros, merecem também um tratamento que vise consistência e qualidade, otimizando o tempo do usuário. Muito se tem falado do tratamento da documentação histórica e a produção de instrumentos de pesquisa, mas a literatura ainda se ressentia de estudo mais aprofundado de aspectos teóricos e metodológicos que venham auxiliar o tratamento e a recuperação de informação para atividade informacional arquivística. Como apresentado anteriormente, no âmbito da biblioteconomia são estabelecidas diretrizes para o planejamento da representação de informação visando à recuperação. As diretrizes estabelecidas neste campo podem ser ampliadas e adaptadas para o domínio da descrição arquivística, possibilitando um conjunto de princípios para “olhar” o conteúdo informacional de um documento e representá-lo por aspectos pelos quais ele poderá ser recuperado.

A descrição em arquivos, ou seja, a determinação de pontos de acesso que possibilitem a recuperação de informações contidas em documentos ou massas documentais envolve procedimentos que permitam a descrição de aspectos objetivos e intelectuais do documento.

Historicamente estes aspectos vêm sendo tratados na Biblioteconomia a partir de estudos no âmbito da catalogação, também denominados de representação descritiva e ultimamente abordada sobre a denominação de Metadados; e da indexação, agregando também os aspectos relacionados à política de indexação.

4.1 A Representação Descritiva

A representação descritiva é uma atividade bastante desenvolvida no âmbito da biblioteconomia, pois já está devidamente explorada através de códigos e padrões nacionais e internacionais relativos, entre outros aspectos, à padronização de entradas de nomes e instituições, aspectos fundamentais para o fazer arquivístico. Consideramos, que a literatura da área de Arquivologia e as próprias práticas arquivísticas, estão bastante atentas para esta questão. Podemos citar como preocupação desta natureza a própria ISAAR – Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Além disto, a própria ISAD (G) recorre às Normas ISO para descrição documentária para padronização de fontes³. Entretanto, quanto aos pontos de acessos relacionados à indexação temática, esta mesma norma somente se preocupa em indicar que se deva controlar o vocabulário, mas não aborda aspectos metodológicos relativos aos procedimentos de análise e mesmo de elaboração de vocabulários controlados.

4.2 A Representação Temática

Diferentemente da representação descritiva o processo de representação temática não pode contar com normas que apoiem a objetividade da análise do documento, esta forma de representação trata dos aspectos subjetivos do documento e está vinculada a uma forma de análise por natureza interpretativa, pois como o seu próprio nome designa – subjetivo -, ou seja, centrado no sujeito.

Como afirma Mendes e Simões (2002)

“... esta situação é intrínseca à própria indexação e deve-se em última análise, à multiplicidade e à diversidade dos casos que se apresentam na prática corrente, casos de forma nenhuma susceptíveis de enquadramento numa tipologia que tornaria possível estabelecer um corpo limitado de regras; sem normas bem definidas, surgem possibilidades de opção e o subjetivismo do indexador pode intervir negativamente, quando o que se pretende é disponibilizar, com objetividade, o conteúdo dos documentos, o pensamento dos autores, numa palavra, abrir caminho para que se venha a obter uma informação com qualidade.” (Mendes e Simões, 2002, p.11)

Visando orientar a subjetividade inerente ao próprio processo, os procedimentos de representação temática devem se apoiar em diretrizes bem definidas que se configuram a partir do planejamento da indexação, determinada por uma política baseadas no tripé: usuário; organização/instituição; documento.

³ Cf: ISAD (G), p.3,1999.

Antes de discutirmos tais questões é necessário abordarmos alguns aspectos relacionados ao processo de análise.

Segundo Lancaster (1993) a representação temática pode se configurar em duas formas de determinação do assunto documento, ou seja, a indexação derivativa e a indexação atributiva.

A indexação derivativa é aquela que emprega o vocabulário do próprio texto do documento. Isto acontece em processos que empregam meios eletrônicos. Pode ser uma indexação automática – na qual, mediante regras pré-estabelecidas, o computador identifica as palavras do texto que são representativas do assunto do documento – ou simplesmente uma seleção mecânica de palavras significativas existentes no título, por exemplo. Na indexação derivativa não há, portanto, análise interpretativa (quando nos referimos aos processos automáticos), mas o simples fato de se selecionar mecanicamente é também um processo de escolha. Neste tipo de indexação não há controle de vocabulário (nem da forma do termo, nem de seu significado), o que pode acarretar uma série de problemas, por exemplo, as informações implícitas de um documento não podem ser recuperadas automaticamente; isto só pode ser feito por meio da indexação atributiva.

A indexação atributiva é aquela cujos termos de indexação são retirados de vocabulários de indexação. Ela está centrada em três etapas: a leitura e exame do documento; a identificação do conteúdo e a conversão das idéias/conceitos em descritores.

A leitura documentária é a primeira abordagem entre leitor - indexador e o texto e visa selecionar os conceitos⁴. Nesta fase, são realizadas operações seletivas e estão em jogo questões relativas às instruções textuais, condições de produção, circunstâncias de enunciação, momento e lugar de enunciação (Farrow apud Silva & Fugita, 2004). Além disto, a leitura documentária exige do indexador conhecimento básico do domínio de assunto tratado pelo documento/massa documental e deve ser feita a partir do perfil do usuário.

A identificação do conteúdo é um processo de síntese. Após a leitura do documento o indexador deve ser capaz de dizer “de que trata o documento”, formando assim uma declaração de assunto. O objetivo desta sentença é formar um quadro mental do que o autor diz em seu documento, sem esquecer que o exame do indexador é feito a partir do ponto de vista do usuário do sistema de recuperação. A imagem mental do que o autor diz pode ser expressa por palavras do indexador ou ele pode retirar palavras do documento. Na sentença aquelas palavras representam idéias ou conceitos que, ali reunidas, contêm o assunto do documento. O indexador deve representar na indexação aquele aspecto particular relevante para o sistema, mesmo que não tenha sido intenção original do autor. Algumas regras podem orientar o indexador a aprofundar e aprimorar a declaração de assunto para dela extrair idéias/conceitos representativos do conteúdo, são elas: Colocar-se no lugar do usuário; escolher aqueles itens de informação que gostaria de encontrar se fosse um usuário em busca daquela informação; selecionar apenas os aspectos significativos;

⁴ Conceito é aqui entendido, segundo Dahlberg (1978), como uma “unidade de conhecimento”, constituído por um referente, características e forma verbal.

os aspectos tratados implicitamente devem ser indexados. Após ser capaz de transformar a imagem mental numa sentença, nela incluindo os aspectos relevantes para o sistema, a operação seguinte é a conversão das palavras da sentença em descritores.

A conversão das idéias em descritores tem um componente técnico e um componente político. O componente técnico está relacionado à forma e/ou ao significado dos descritores incluídos no vocabulário controlado empregado no sistema. O componente político está relacionado à política/planejamento da indexação. Assim, todos os aspectos tratados num documento poderão ou não estar representados nos descritores, conforme a política seja mais ou menos exaustiva, e/ou mais genérica ou menos.

5. O Planejamento da Indexação: uma proposta de política

Quanto à indexação e seu planejamento (política de indexação), muitas das questões relacionadas ao fazer bibliotecômico se aplicam à atividade arquivística. E aqui trataremos de abordar algumas delas que já tratamos em diversas publicações relacionadas ao fazer bibliotecômico e arquivístico.⁵

Uma política de descrição tem por objetivo estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisão, na otimização dos serviços, racionalização dos processos e consistência das operações nele encontradas. Desta forma, podemos afirmar que as instituições arquivísticas podem ser abordadas como sistemas de recuperação de informação (SRI).

Ao se estabelecer uma política de descrição tem que se levar em conta, alguns fatores que são imprescindíveis ao planejamento de qualquer SRI: a) Identificação da organização à qual estará vinculado o serviço de informação; b) Identificação da clientela a que se destina o serviço; c) Recursos humanos, materiais e financeiros.

Quanto à identificação da organização a que o sistema se vincula, o conhecimento de seus objetivos e atividades é fundamental para a determinação do tipo de serviço a ser implantado, visto que esse conhecimento permitirá determinar as formas de descrição a usar, bem como os níveis de exaustividade e especificidade⁶ exigida quando analisamos aspectos relacionados à temática do documento.

A finalidade principal de um serviço de informação é de fornecer aos usuários a informação na forma e momentos exigidos por ele. Desta maneira, a identificação da clientela é um pré-requisito para o planejamento de qualquer sistema.

Através do estudo de usuários, obteremos:

1. Conhecimento do alcance exigido pelo sistema quanto aos assuntos centrais e periféricos e quanto aos níveis de tratamento exigidos;
2. O núcleo de um vocabulário que refletirá os interesses do trabalho e necessidades de informação da clientela do sistema;
3. Conhecimento do tipo de resposta exigido do sistema, isto é, se é exigida maior revocação, maior precisão ou ambas ao mesmo tempo;
4. Conhecimento do nível de exaustividade exigida na descrição temática; de grau de especificidade necessária à linguagem de indexação; o nível de sofisticação desejável no sistema (número e tipo de artifícios a serem utilizadas na linguagem de indexação de forma a satisfazer com mais eficiência as exigências dos usuários);
5. Conhecimento das exigências dos usuários quanto à forma de apresentação dos resultados da busca

No que diz respeito, aos recursos financeiros, materiais e humanos, a limitação quanto às despesas constitui um fator importante no planejamento de um serviço de informação.

As limitações de recursos financeiros levam o profissional de informação, no caso da política de indexação, a tomar algumas medidas de economia tais como: adaptar uma linguagem já existente ao invés de se desenvolver uma nova; se for necessária uma linguagem de indexação, usar, na sua elaboração, termos simples, especificidade moderada, estrutura mínima.

Um sistema deverá ser desenvolvido com o grau de sofisticação que seja necessário ao atendimento das exigências do usuário. O uso de mecanismos para aumentar a revocação ou a precisão aumentará, conseqüentemente, o custo do sistema.

O nível de exaustividade na indexação é também um fator de aumento de custo. Para a indexação dos documentos deve ser estabelecido um nível ótimo de exaustividade.

O nível de especificidade deverá ser mantido de acordo com as exigências feitas ao sistema. Será anti-econômico usar vocabulário muito específico quando o tipo de documentos e as solicitações feitas ao sistema são mais gerais.

A disponibilidade de equipamentos influenciará o tipo de organização do sistema bem como a escolha da linguagem de indexação.

A existência de recursos humanos adequados é outro fator a ser considerado. Quando há carência de pessoal deve-se optar por um sistema que exija uma manutenção mínima e um menor esforço na indexação, é necessário utilizar ao máximo os benefícios de uma indexação automática associado à indexação atributiva.

⁵ Em nossas atividades de pesquisa, ensino e consultorias temos desenvolvido diversos manuais instrucionais e de serviços em diversas instituições. Nestes manuais discutimos os aspectos teóricos e metodológicos dos processos de indexação. Em muitas dessas instituições temos desenvolvido parceria com a Prof. Hagar Espanha Gomes.

⁶ Pode-se definir exaustividade como a medida da extensão em que os tópicos tratados em um documento são reconhecidos e representados na indexação e especificidade é um princípio relacionado ao nível de representação documento. Ser específico significa representar o conteúdo de um dado no mesmo nível do documento.

Existem, também, casos onde os recursos humanos disponíveis são renovados de período a período (estagiários, contratados, etc.). Desta forma, é imprescindível se garantir uma política bastante explícita, através de manuais e de critérios bem definidos para garantir a qualidade das informações prestadas.

5.1. Elementos da Política de Indexação

Uma política de indexação deve atentar para os seguintes critérios para garantir consistência e qualidade:

● Cobertura de Assuntos

Pelo estudo de usuário e da organização, o planejador de um sistema de recuperação já terá uma idéia dos assuntos a serem cobertos pelo sistema, tanto os assuntos centrais como os periféricos. Poderão então ser identificadas as áreas onde se torna necessário um tratamento em profundidade e aquelas a serem tratadas superficialmente. Estas decisões devem ser tomadas tanto para documentos bibliográficos, quanto arquivísticos.

● O Processo de Indexação

Cada etapa do processo de indexação é afetada por variáveis que vão influenciar praticamente todo o processo de recuperação da informação. Tais variáveis se referem aos níveis de exaustividade e especificidade requeridos pelo sistema, linguagem de indexação, capacidade de revocação e precisão do sistema.

O nível de exaustividade da indexação é uma decisão política estabelecida pela administração do sistema de recuperação, de acordo com o propósito do mesmo. É necessário lembrar, que, pesquisas sobre o desempenho de sistemas de recuperação têm demonstrado que um nível alto de exaustividade na indexação produz uma alta revocação e uma baixa precisão.

Uma importante decisão política na indexação se refere ao nível de especificidade. Um sistema poderá decidir entre uma indexação em maior ou menor profundidade, dependendo das demandas que serão feitas.

Há uma relação entre a especificidade e a capacidade de precisão de um sistema. Um maior grau de especificidade aumenta a taxa de precisão e diminui a revocação⁷.

⁷ Revocação é a extensão de documentos recuperados a partir de uma solicitação de busca.

● Escolha da Linguagem

A linguagem de indexação afeta o desempenho de um sistema de recuperação de informações em dois pontos: na estratégia de busca, estabelecendo a precisão com que o técnico de busca pode descrever os interesses do usuário e na indexação, estabelecendo a precisão com que o indexador pode descrever o assunto dos documentos. Há, portanto, decisões a serem tomadas, com relação à linguagem de indexação, que terão importantes efeitos sobre o desempenho do sistema.

Se o sistema é automatizado e sua área de assunto é bastante específica, poderá ser escolhida uma linguagem livre, cuja maior vantagem é a rapidez na operação de indexação e a possibilidade de se utilizar pessoal menos qualificado. Entretanto, o uso de linguagem livre requer um maior esforço do estágio de busca. Isto porque as palavras usadas como termos de indexação são as próprias palavras dos autores, tanto nos títulos, como nos textos, e, para assegurar recuperação adequada, o pesquisador precisa pensar em todas as alternativas de grafias possíveis, singulares e plurais, sinônimos e frases sinônimas até chegar ao documento procurado.

Com a linguagem controlada, a operação de indexação é mais lenta, mas o esforço despendido na busca é reduzido. A linguagem controlada permite uma maior consistência na indexação, o que a torna mais adequada a um sistema de recuperação que atue em base cooperativa.

Atualmente, o uso dos dois tipos de linguagem em um mesmo sistema é comum. Entretanto é fundamental que se tenha claro as limitações e possibilidades de cada uma para uma correta tomada de decisão.

Outro aspecto a ser observado em relação à linguagem de indexação é a pré ou pós-coordenação. A linguagem pré-coordenada tem a vantagem de ser mais precisa e de facilitar a estratégia de busca, evitando falsas associações e relações incorretas. Entretanto, em sistemas automatizados perde sua função, na medida em que se pode recuperar a informação em qualquer parte do enunciado. Assim, é uma linguagem adequada aos sistemas manuais. A linguagem pós-coordenada permite uma maior revocação do que a linguagem pré-coordenada, apesar de não oferecer uma alta precisão, pois com a combinação dos termos somente na saída, podem-se obter associações falsas e relações incorretas. Tais problemas podem ser evitados pelo uso de artifícios de precisão como elos e indicadores de função. É uma linguagem adequada a sistemas automatizados em que é manipulado um grande volume de dados.

Por último, é importante acentuar a necessidade de documentar a política de indexação adotada através de um manual, pois nenhuma equipe é estável no tempo. A maior parte dos sistemas de recuperação de informação não possui políticas escritas para os seus diversos serviços, o que acarreta problemas de inconsistência e descontinuidade das operações. Uma política bem documentada, além de contribuir para a eficiência do serviço, servirá de orientação em caso de mudança na administração.

6. Considerações Finais

A gestão da informação arquivística requer processos de descrição. Atualmente, não é mais possível a opção por um único ponto de acesso, que na maioria das vezes foi aquele utilizado para guarda dos documentos. Esta necessidade de descrição pelos diversos pontos de acesso ocorre em qualquer idade da documentação, devido a pelo menos um fator - a automatização dos processos de organização da documentação arquivística.

Produtos seminais da atividade de organização de documentos em arquivos como, por exemplo, os inventários, já se encontram em forma eletrônica. Quando isto ocorre os pontos de acesso viram metadados do sistema e os índices se apresentam sob as diversas formas de busca da informação, agora não mais como lista, mas como possibilidades de busca em meio on-line. Campos como as ementas nos inventários analíticos devem atualmente ser implementados de forma a se ter certo cuidado com a terminologia utilizada, pois também podem ser apresentados como campos de recuperação e não somente de leitura, como era considerado quando os inventários eram somente impressos. Desta forma, princípios importantes relacionados ao tratamento documental, como: qualidade da análise feita; respeito à necessidade do usuário e aos fundos institucionais; coerência e uniformidade na aplicação de normas e regras para a descrição e controle terminológico devem ser respeitadas visando à melhoria dos serviços prestados.

Por todos os aspectos apresentados consideramos de fundamental importância a aproximação entre os profissionais que lidam com a informação documentária. Esta aproximação deve se apresentar sob diversas perspectivas, ou seja, empírica, teórica, metodológica e argumentativa. De outra forma, consideramos que talvez estaremos num processo permanente de "invenção da roda".

7. Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BELLOTO, Heloísa. Arquivos Permanentes: tratamento documental. São Paulo: TA. Queiroz, 1991.
- DAHLBERG, Ingetraut. A referent-oriented analytical concept theory of INTERCONCEPT. *International Classification* v. 5, n. 3.p. 142-150.
- DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v.10-14, n.1, p. 14-33, abr. 1982/ago.1996.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- GOMES, Hagar E. & CAMPOS, Maria Luiza de A. Especificidades do ensino de tratamento da informação. In: *Estudos & Pesquisas*. Niterói, EDUFF, 1998. p. 39-61.
- HAGEN, Acácia M. M. Algumas considerações a partir de padronização da descrição arquivística. *Ci. Inf.*, vol. 27, n. 3, Brasília, 1998.

ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pela Comissão *ad hoc* de Normas de descrição. Estocolmo, Suécia, 21-23 de janeiro de 1992, versão final aprovada pelo CIA. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1998.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: Teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LOPES, Luis Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EDUFF, 1996.

MENDES, Maria Tereza Pinto & SIMÕES, Maria da Graça. *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*. 2. ed. Lisboa: gabinete de estudos a&b, 2002.

NEVES, Michelle Monteiro. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ci. Inf.*, vol. 25, n. 1, Brasília, 1995.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

RIBEIRO, Fernanda. A classificação em arquivos: processo natural ou arranjo a posterior? *Leituras Revista Bibli. Nac.* Lisboa, vol. 3, n. 2, 1998.

SHELLEMBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SHELLEMBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.

SILVA, Maria dos Remédios & FUGITA, Mariângela S. I. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, v. 16, n. 2, p. 133-161. Campinas, 2004.